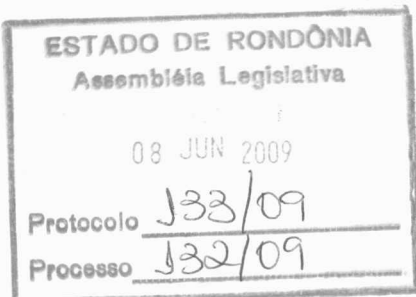




PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº 581/09 
AUTOR DEPUTADO PROFESSOR DANTAS - PT			
<p>Assegurar licença a servidor público estadual que criar bebê órfão de mãe.</p> <p>A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA DECRETA:</p> <p>Art. 1º - Fica assegurado ao Servidor Público Estadual Civil ou Militar, que assumir a criação de bebê órfão de mãe, a estabilidade no emprego e a concessão de Licença Especial pelo período de 05 (cinco) meses.</p> <p>Parágrafo Único – O benefício da estabilidade e da Licença Especial será concedida ao Servidor Público masculino ou feminino, independente de grau de parentesco.</p> <p>Art. 2º - O Servidor Público que assumir a guarda de um bebê, mesmo em caráter temporário, também será assegurado o benefício da estabilidade e da Licença Especial de 05 (cinco) meses.</p> <p>3º - O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias regulamentará a presente Lei.</p> <p>4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 8 de junho de 2009</p> <p> PROFESSOR DANTAS Deputado Estadual</p>			



O PODER DO POVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RONDÔNIA

www.ale.ro.gov.br

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº _____



AUTOR DEPUTADO PROFESSOR DANTAS - PT

JUSTIFICATIVA

Inspirado em projeto recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, que estende direito de estabilidade no emprego, mesmo se quem ficar com a guarda de bebê órfão, seja do sexo masculino, é que estou nesta data apresentando presente Projeto Lei, concedendo este benefício a servidores públicos de ambos os sexos.

O projeto estende o direito de estabilidade no emprego para a pessoa que ficar com a guarda de um bebê, no caso de morte da mãe. Atualmente, a mãe tem direito a licença-maternidade de quatro meses e estabilidade no emprego de cinco meses, a partir do nascimento da criança.

Pelo projeto apresentado, a garantia de não ser demitida, salvo por justa causa, se estende a qualquer pessoa (mesmo que do sexo masculino) que fique com a guarda do bebê. Também consta da nossa propositura a concessão do benefício da licença especial no prazo de cinco meses, visando desta forma assegurar todo o cuidado que devem ser garantidos principalmente a uma criança nesta situação.

A propositura assegurar este direito ao pai, avô ou avó, tio ou tia ou qualquer outra pessoa próxima que se disponha a cuidar da criança e consiga a guarda provisória.

**TERRA DE
RONDONIENSE**
SOU DAQUI E EXIJO RESPEITO